

Relatório de Gestão

IDENE 2025



Piauí- 2025

1 Introdução

No exercício de 2025, o Instituto de Desenvolvimento do Nordeste – IDENE desenvolveu um conjunto de ações voltadas à promoção do desenvolvimento regional, contemplando iniciativas em diferentes áreas estratégicas, com destaque para a qualificação profissional no setor de turismo e a ampliação do acesso aos serviços de saúde especializada, por meio da execução do Projeto AMEI.

No âmbito do fortalecimento das atividades econômicas locais, o IDENE participou da execução do Curso de Hotelaria no município de Luís Correia – PI, realizado em parceria com o Sistema de Incentivo Estadual ao Turismo (SIETUR), iniciativa voltada à capacitação de profissionais e ao aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados no setor turístico. Essa ação contribuiu para o desenvolvimento socioeconômico da região, especialmente em áreas com vocação turística, por meio da qualificação da mão de obra local.

Paralelamente, no campo da saúde pública, o Instituto executou o Projeto AMEI, com foco na ampliação do acesso da população a consultas especializadas nas áreas de dermatologia, ginecologia e urologia, em diferentes territórios de saúde do Estado do Piauí. A iniciativa foi estruturada de forma regionalizada e itinerante, visando reduzir vazios assistenciais e qualificar a organização da rede de atenção à saúde.

Embora se tratem de objetos distintos, as ações desenvolvidas pelo IDENE ao longo de 2025 convergem em um objetivo comum: promover o desenvolvimento social e econômico da população, por meio da qualificação de serviços, fortalecimento institucional e ampliação do acesso a políticas públicas essenciais.

Nesse contexto, o presente relatório tem por finalidade apresentar a execução das ações relacionadas ao Projeto AMEI, detalhando as etapas de planejamento, implantação e execução assistencial no período compreendido entre agosto e dezembro de 2025.

2 Objetivos IDENE 2025

Objetivo 1 – Turismo

Promover a qualificação profissional no setor de hotelaria, por meio de ação formativa no município de Luís Correia – PI, contribuindo para a melhoria dos serviços turísticos e o desenvolvimento econômico regional.



Realizar ações itinerantes em todos os 12 territórios de Saúde do Piauí.



Detectar precocemente doenças oncológicas de maior prevalência, ampliando as chances de tratamento efetivo e cura.



Reduzir filas de espera para consultas e exames especializados, promovendo maior resolutividade.

Objetivo 2 – Projeto AMEI

Promover a descentralização do acesso a consultas médicas especializadas e exames diagnósticos, com ênfase no rastreamento precoce de câncer de pele, colo do útero e próstata, fortalecendo a rede de atenção à saúde no estado do Piauí e contribuindo para a redução das desigualdades regionais no acesso a serviços de média e alta complexidade.



Realizar ações itinerantes em todos os 12 territórios de Saúde do Piauí.



Detectar precocemente doenças oncológicas de maior prevalência, ampliando as chances de tratamento efetivo e cura.



Reduzir filas de espera para consultas e exames especializados, promovendo maior resolutividade.

3 Capacitação - Curso de Hotelaria

Antes do início das atividades assistenciais desenvolvidas no âmbito do presente projeto, o Instituto de Desenvolvimento do Nordeste – IDENE participou da execução de uma relevante ação de capacitação profissional voltada ao fortalecimento do setor de turismo no estado do Piauí.

Trata-se do Curso de Hotelaria realizado no município de Luís Correia – PI, desenvolvido em parceria com o Sistema de Incentivo Estadual ao Turismo (SIETUR), vinculado à Secretaria de Estado do Turismo. A iniciativa teve como objetivo promover a qualificação de profissionais e trabalhadores locais para atuação no setor de hotelaria e serviços turísticos, contribuindo para o aprimoramento da oferta de serviços e para o fortalecimento da cadeia produtiva do turismo na região.



O curso foi executado no período de 27 de junho a 06 de agosto de 2025, com carga horária total de 40 horas, contemplando atividades teóricas e práticas voltadas ao desenvolvimento de competências relacionadas ao atendimento ao público, recepção, organização de ambientes e aplicação de boas práticas no setor de hospitalidade.

A realização dessa ação formativa integrou as estratégias institucionais do IDENE voltadas à promoção do desenvolvimento regional, por meio do incentivo à qualificação profissional e ao fortalecimento das atividades econômicas locais, especialmente em regiões com vocação turística.

Além disso, a experiência adquirida na execução do curso contribuiu para o fortalecimento da capacidade técnico-operacional do Instituto, especialmente no que se refere ao planejamento logístico, organização de equipes, gestão de atividades itinerantes e execução de ações em campo.

Nesse sentido, destaca-se que as competências institucionais mobilizadas durante a execução do curso de hotelaria, tais como organização de fluxos operacionais, estruturação de atividades descentralizadas e gestão de recursos humanos em campo, foram posteriormente aplicadas e potencializadas na implementação das ações assistenciais do Projeto AMEI, contribuindo para a eficiência, qualidade e alcance das atividades desenvolvidas nos territórios de saúde do Estado do Piauí.

3.1 Resultados da Ação de Capacitação

A execução do Curso de Hotelaria no município de Luís Correia – PI resultou em avanços relevantes no processo de qualificação profissional da população local, contribuindo para o fortalecimento do setor turístico e para o desenvolvimento socioeconômico da região.

A ação possibilitou a formação de participantes com competências técnicas voltadas à hospitalidade, atendimento ao público, organização de ambientes e postura profissional, alinhadas às demandas do setor de serviços turísticos. A abordagem teórico-prática adotada favoreceu a assimilação dos conteúdos e a aplicação direta dos conhecimentos no contexto profissional.



Destaca-se que a capacitação contribuiu para o fortalecimento da empregabilidade local, ampliando as oportunidades de inserção dos participantes no mercado de trabalho, especialmente em atividades relacionadas à hotelaria, recepção, atendimento e serviços turísticos em geral.

Além dos resultados voltados ao público beneficiário, a execução da ação também gerou impactos institucionais relevantes para o IDENE, tais como:

- Aprimoramento da capacidade de planejamento e execução de ações formativas;
- Fortalecimento da atuação em projetos de qualificação profissional e desenvolvimento regional;
- Ampliação da experiência em logística e execução de atividades descentralizadas;
- Consolidação de parcerias institucionais estratégicas, especialmente com órgãos do setor de turismo.

Adicionalmente, as competências organizacionais desenvolvidas durante a execução do curso contribuíram para o aprimoramento da atuação do Instituto em outras iniciativas, notadamente na execução do Projeto AMEI, especialmente no que se refere à organização logística, mobilização de público, articulação com gestores locais e execução de ações itinerantes nos territórios de saúde.

Dessa forma, a ação de capacitação transcendeu o caráter formativo, configurando-se como uma iniciativa estruturante, com impactos positivos tanto para os participantes quanto para o fortalecimento institucional do IDENE e sua capacidade de execução de projetos em diferentes áreas estratégicas.

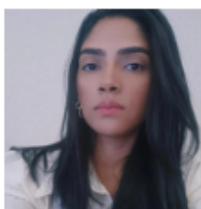
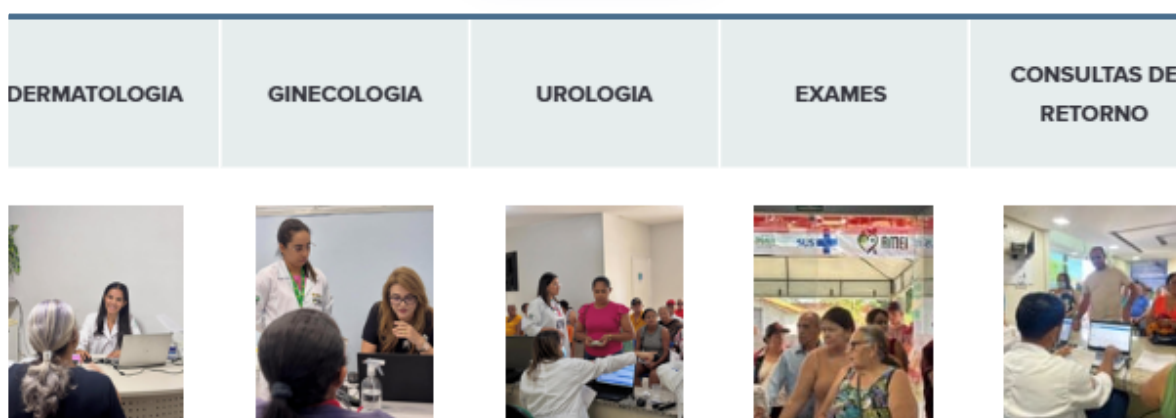


4 Projeto AMEI

A execução assistencial do Projeto AMEI, iniciada em agosto de 2025, foi estruturada com o objetivo de ampliar o acesso da população às consultas especializadas nas áreas de dermatologia, ginecologia e urologia, por meio de ações regionalizadas e itinerantes nos territórios de saúde do Estado do Piauí.

As atividades foram organizadas de forma a atender municípios estratégicos definidos como polos assistenciais, possibilitando o atendimento de usuários provenientes de diferentes localidades e contribuindo para a redução das barreiras de acesso aos serviços especializados.

No período compreendido entre agosto e dezembro de 2025, foram disponibilizadas vagas para consultas especializadas, conforme a capacidade operacional do projeto e as demandas apresentadas pelos municípios, em articulação com a rede regional de saúde.



TAMIRES DANTAS

“O AMEI surge como uma estratégia inovadora para descentralizar o acesso a consultas médicas especializadas e exames diagnósticos, promovendo a interiorização da saúde no estado. Seu foco prioritário é o rastreamento precoce de câncer de pele, colo do útero e próstata, além do fortalecimento da rede de atenção especializada, com impacto direto na redução das filas de espera e na melhoria da resolutividade dos serviços de saúde.”

4.1 Consultas Especializadas

4.1.1 Agosto de 2025

Após a etapa de articulação institucional realizada no mês de julho de 2025, que envolveu alinhamento com os gestores municipais e definição dos fluxos assistenciais junto aos 12 Territórios de Saúde do Estado do Piauí, a execução das atividades assistenciais foi iniciada em agosto de 2025.

Neste primeiro mês de execução, foram ofertadas consultas especializadas nas áreas de dermatologia, ginecologia e urologia, com atendimentos realizados em municípios estratégicos definidos como polos regionais, visando ampliar o acesso da população aos serviços especializados.

Os atendimentos ocorreram nos seguintes municípios:

| Mês | Municípios Atendidos |
|--------------|---|
| ago. de 2025 | Oeiras, Bom Jesus, Corrente, Uruçuí, São Raimundo Nonato e Floriano |

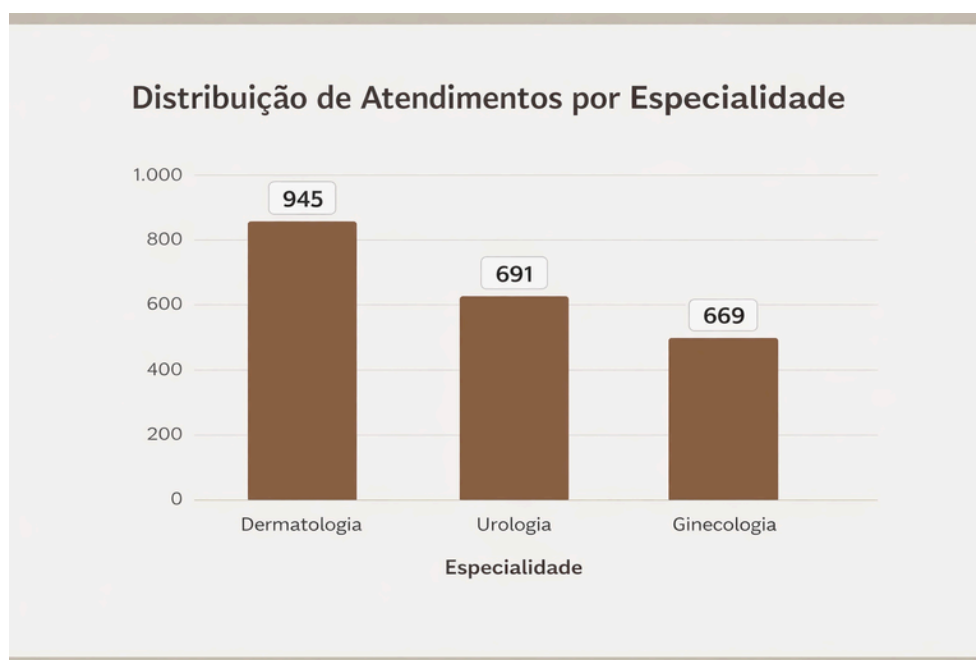
Esses municípios foram selecionados considerando critérios como capacidade de atendimento regional, posição estratégica na rede de saúde e facilidade de acesso para municípios circunvizinhos, permitindo que os atendimentos alcançassem um número ampliado de usuários provenientes de diferentes territórios.

A implantação das atividades nesses polos assistenciais representou o marco inicial da execução do projeto, estabelecendo as bases operacionais para a ampliação progressiva das ações nos meses subsequentes.

Nos dias 01 e 02 de outubro de 2025, o Município Sede de Oeiras inicia as ações assistenciais do Projeto AMEI. No total, foram realizadas 358 consultas especializadas, contemplando as três linhas prioritárias do programa (dermatologia, ginecologia e urologia), com apoio da equipe de enfermagem e utilização plena do sistema de registro eletrônico.

A seguir, apresenta-se a distribuição quantitativa por especialidade, conforme demonstrado no Gráfico 01 abaixo.

Gráfico 01. Consultas executadas por especialidades



A análise da distribuição de atendimentos por especialidade evidencia uma maior concentração de consultas na área de dermatologia, que apresentou o maior quantitativo de atendimentos realizados (945), seguida pela urologia (691) e pela ginecologia (669).

Esse comportamento pode estar associado à elevada demanda reprimida por atendimentos dermatológicos nos territórios contemplados, bem como à maior abrangência de condições clínicas atendidas por essa especialidade, o que contribui para uma maior procura pelos serviços ofertados.

No caso da urologia, o quantitativo expressivo de atendimentos pode refletir a ampliação do acesso a essa especialidade, tradicionalmente caracterizada por limitações na oferta na rede pública, especialmente em regiões mais distantes dos centros urbanos.

Já os atendimentos em ginecologia, embora em menor número em relação às demais especialidades, mantêm-se em patamar relevante, indicando a importância da continuidade da oferta desses serviços, sobretudo no contexto da atenção à saúde da mulher e da necessidade de acompanhamento regular.

4.1.2 Setembro de 2025

No mês de setembro de 2025, observou-se ampliação da cobertura territorial das ações, com a inclusão de novos municípios sede para realização dos atendimentos. Essa expansão permitiu aumentar o alcance das consultas especializadas ofertadas pelo projeto, fortalecendo o acesso da população aos serviços médicos nas diferentes regiões do estado.

A estratégia de regionalização adotada possibilitou que municípios com maior capacidade estrutural funcionassem como polos assistenciais, recebendo usuários provenientes de municípios circunvizinhos e contribuindo para a redução das barreiras de acesso às especialidades médicas.

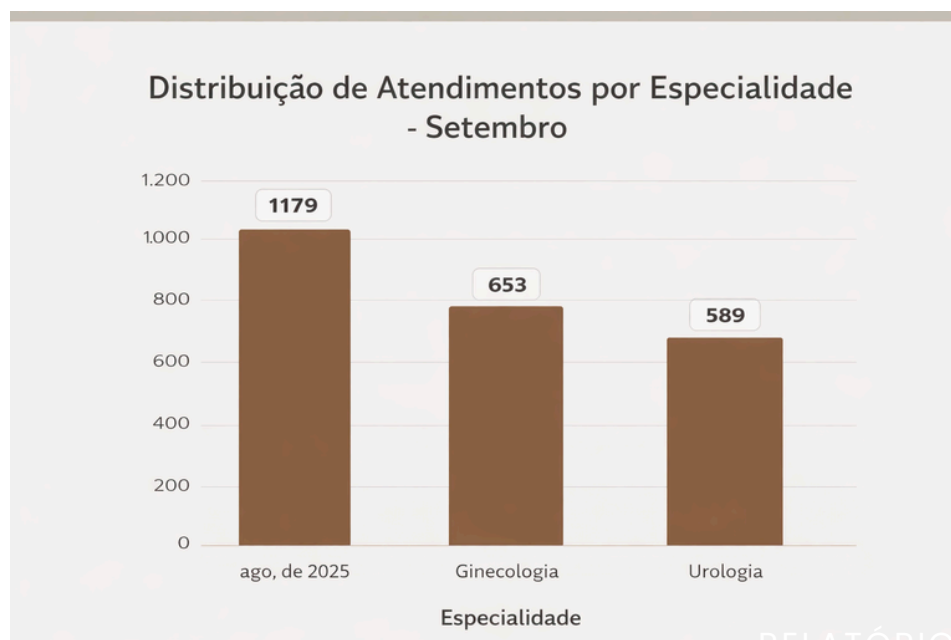
Os atendimentos foram realizados nos seguintes municípios:

| Mês | Municípios Atendidos |
|--------------|---|
| set. de 2025 | Amarante, Água Branca, Picos, Paulistana, Valença, Demerval Lobão, Miguel Alves, Piripiri, Parnaíba e Campo Maior |

A ampliação do número de municípios atendidos nesse período representou um importante avanço na consolidação das atividades assistenciais, permitindo maior capilaridade das ações e fortalecendo a integração do projeto com a rede regional de atenção à saúde.

A seguir, apresenta-se a distribuição quantitativa por especialidade, conforme demonstrado no Gráfico 02 abaixo.

Gráfico 02. Consultas executadas por especialidades



A análise da distribuição dos atendimentos realizados no mês de setembro de 2025 evidencia uma predominância significativa da especialidade de dermatologia, com 1.179 atendimentos, configurando-se como a principal demanda assistencial no período.

Esse resultado reforça a existência de uma demanda reprimida relevante nessa especialidade, possivelmente associada à alta incidência de condições dermatológicas na população, bem como à limitada oferta desses serviços na rede pública em determinados territórios.

A especialidade de ginecologia apresentou 653 atendimentos, demonstrando uma demanda consistente relacionada à saúde da mulher, incluindo ações de acompanhamento, prevenção e diagnóstico, o que evidencia a importância da manutenção e ampliação dessa oferta no âmbito do projeto.

Por sua vez, a urologia registrou 589 atendimentos, número também expressivo, especialmente considerando que se trata de uma especialidade historicamente com menor disponibilidade na rede pública, o que reforça o papel do Projeto AMEI na ampliação do acesso a esse tipo de atendimento.

De forma geral, os dados do período demonstram que a execução das ações assistenciais em setembro contribuiu de maneira significativa para a ampliação do acesso às especialidades médicas, atendendo às necessidades da população e promovendo maior equidade na distribuição dos serviços de saúde nos territórios contemplados.

Além disso, observa-se que a diversidade de especialidades ofertadas possibilitou uma abordagem mais abrangente das demandas de saúde, fortalecendo a resolutividade da atenção especializada no âmbito do projeto.



4.1.3 Outubro de 2025

No mês de outubro de 2025, as ações assistenciais mantiveram-se em expansão e consolidação nos territórios já contemplados pelo projeto, assegurando a continuidade da oferta de consultas especializadas e fortalecendo a organização regional do acesso aos serviços médicos.

Nesse período, foram priorizados municípios estratégicos que já haviam recebido atendimentos nos meses anteriores, garantindo a continuidade das ações e possibilitando o atendimento de novas demandas assistenciais provenientes dos municípios da região.

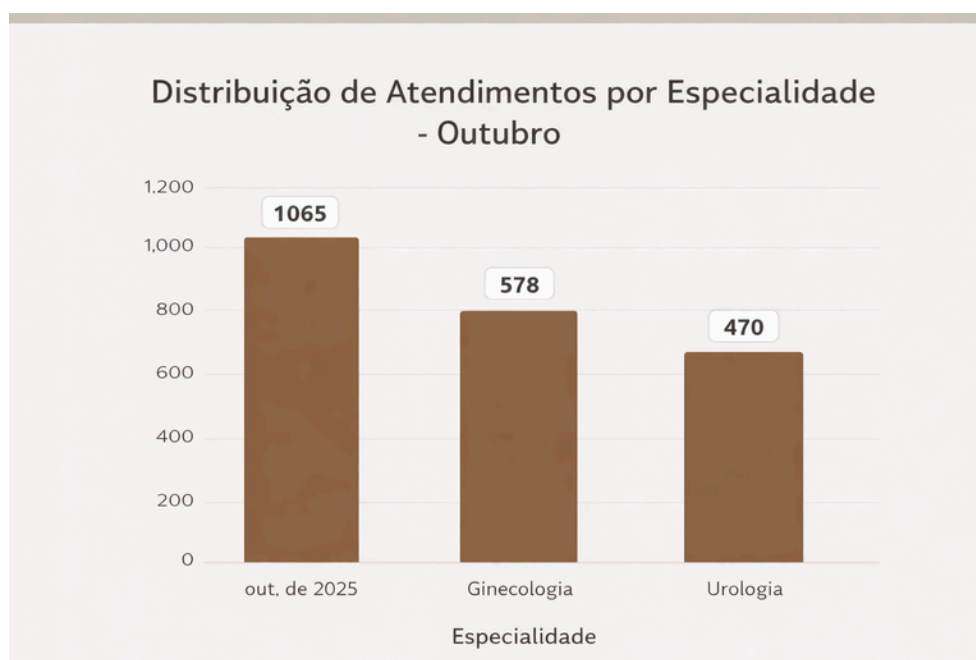
Os atendimentos foram realizados nos seguintes municípios:

| Mês | Municípios Atendidos |
|--------------|---|
| out. de 2025 | Oeiras, Bom Jesus, Uruçuí, São Raimundo Nonato, Floriano, Amarante, Água Branca, Picos, Paulistana, Miguel Alves e Demerval Lobão |

A manutenção das atividades nesses municípios contribuiu para o fortalecimento da cobertura assistencial do projeto, ampliando o acesso da população às consultas especializadas e consolidando os polos regionais de atendimento.

A seguir, apresenta-se a distribuição quantitativa por especialidade, conforme demonstrado no Gráfico 03 abaixo.

Gráfico 03. Consultas executadas por especialidades



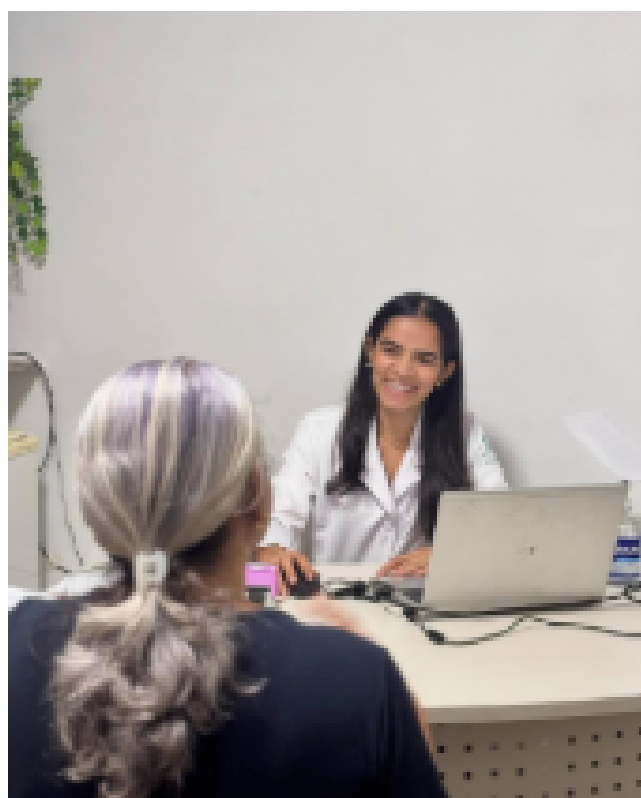
No mês de outubro de 2025, a distribuição dos atendimentos por especialidade demonstra a manutenção do padrão observado nos períodos anteriores, com predominância da dermatologia, que registrou 1.065 atendimentos, configurando-se novamente como a principal demanda assistencial do projeto.

A especialidade de ginecologia apresentou 578 atendimentos, evidenciando a continuidade da procura por serviços voltados à saúde da mulher, especialmente no que se refere a ações de prevenção, acompanhamento e diagnóstico.

Já a urologia, com 470 atendimentos, manteve participação relevante no conjunto das ações assistenciais, reforçando a importância da ampliação do acesso a essa especialidade, que historicamente apresenta limitações de oferta na rede pública.

Observa-se, portanto, que a distribuição dos atendimentos em outubro mantém relativa proporcionalidade entre as especialidades, ao mesmo tempo em que reafirma o papel estratégico do Projeto AMEI na redução da demanda reprimida e na ampliação do acesso às consultas especializadas, especialmente em regiões com menor disponibilidade de serviços.

De forma geral, os resultados do período evidenciam a consolidação das ações assistenciais, com manutenção do volume de atendimentos e fortalecimento da organização dos serviços nos territórios de saúde contemplados.



4.1.4 Novembro de 2025

No mês de novembro de 2025, as ações assistenciais continuaram a ser desenvolvidas em diferentes regiões do estado, mantendo a estratégia de regionalização e itinerância adotada pelo projeto.

Nesse período, os atendimentos foram realizados tanto em municípios já contemplados anteriormente quanto em novos polos assistenciais, ampliando a capilaridade das ações e fortalecendo a integração com a rede estadual de saúde. Destaca-se, nesse mês, a realização de atendimentos também no município de Teresina, contribuindo para a ampliação da capacidade de atendimento e para o fortalecimento da articulação com os serviços de referência do estado.

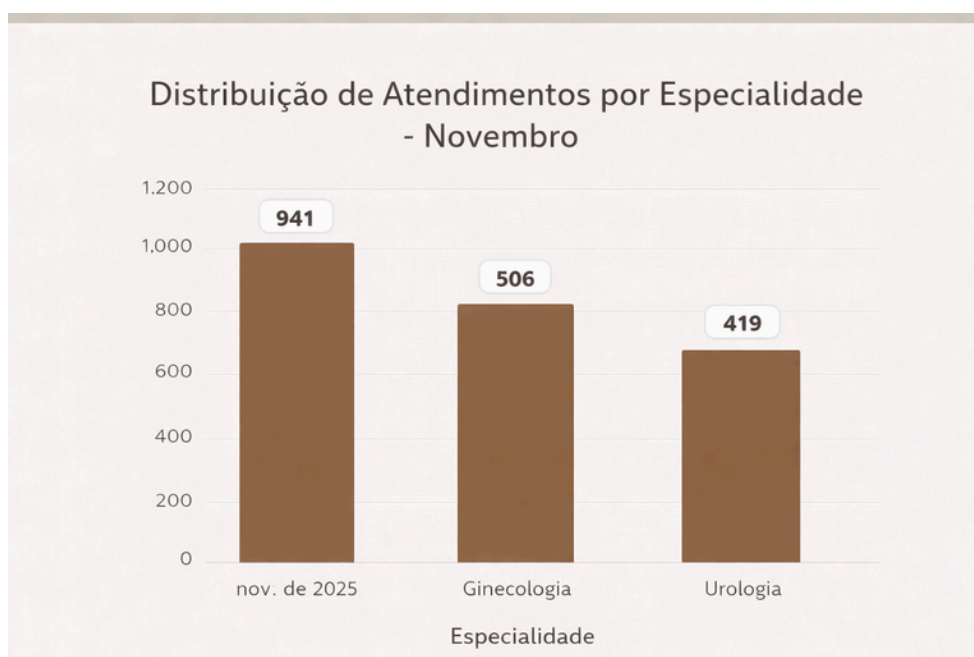
Os atendimentos foram realizados nos seguintes municípios:

| Mês | Municípios Atendidos |
|--------------|---|
| nov. de 2025 | Valença, Piripiri, Parnaíba, Teresina, Campo Maior, Oeiras, Bom Jesus, Uruçuí, São Raimundo Nonato e Floriano |

A continuidade e expansão das atividades nos municípios contemplados contribuíram para a ampliação da cobertura assistencial do projeto, possibilitando o atendimento de uma demanda expressiva por consultas especializadas e fortalecendo a organização dos polos regionais de atendimento.

Na sequência, apresenta-se a distribuição quantitativa dos atendimentos por especialidade, conforme demonstrado no Gráfico 04.

Gráfico 04. Consultas executadas por especialidades



Observa-se a continuidade do padrão assistencial do projeto, com maior volume de atendimentos concentrado na especialidade de dermatologia, que totalizou 941 consultas, mantendo-se como a principal área de demanda no período.

A especialidade de ginecologia apresentou 506 atendimentos, evidenciando a permanência de uma procura significativa por serviços relacionados à saúde da mulher, especialmente no que se refere ao acompanhamento clínico e ações preventivas.

No que se refere à urologia, foram registrados 419 atendimentos, demonstrando participação relevante no conjunto das ações, sobretudo considerando as limitações históricas de acesso a essa especialidade na rede pública.

Comparativamente aos meses anteriores, nota-se uma leve redução no volume total de atendimentos, o que pode estar associado a fatores operacionais, logísticos ou à dinâmica de encaminhamento dos usuários pelos municípios. Ainda assim, os resultados mantêm-se expressivos e compatíveis com a capacidade de execução do projeto.

De maneira geral, os dados reforçam o papel do Projeto AMEI na ampliação do acesso às especialidades médicas, contribuindo para a organização da oferta assistencial e para a redução de demandas reprimidas nos territórios de saúde atendidos.



4.1.5 Dezembro de 2025

No mês de dezembro de 2025, as atividades assistenciais foram mantidas em municípios estratégicos previamente contemplados pelo projeto, garantindo a continuidade da oferta de consultas especializadas e a finalização do ciclo anual de atendimentos previsto para o período.

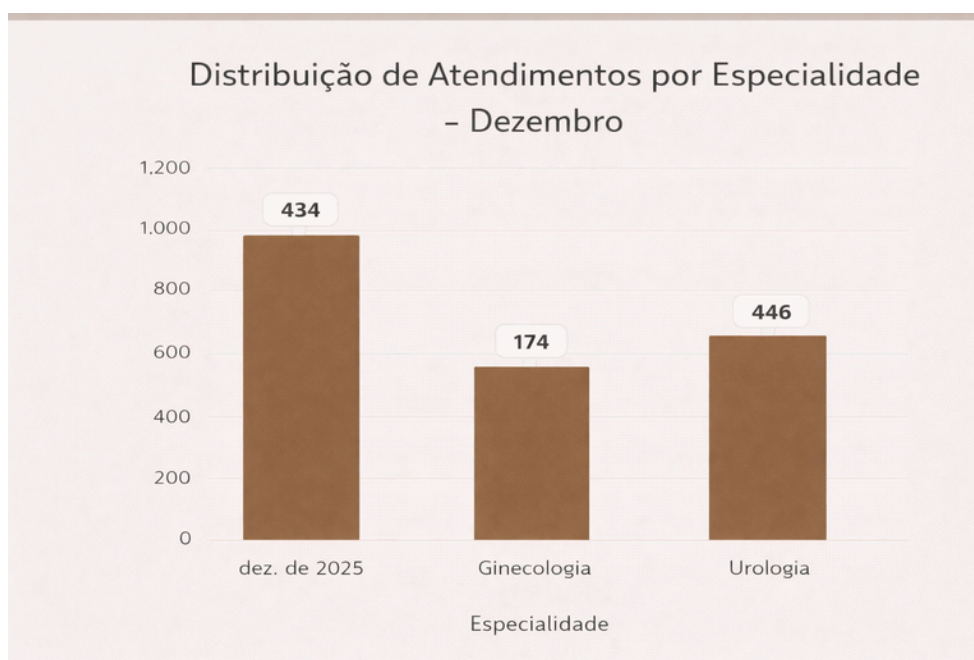
Os atendimentos foram realizados nos seguintes municípios:

| Mês | Municípios Atendidos |
|--------------|--|
| dez. de 2025 | Teresina, Valença, Floriano e Amarante |

A manutenção das ações nesses municípios permitiu consolidar a presença do projeto em diferentes territórios do estado, contribuindo para a ampliação do acesso da população às especialidades médicas e para o fortalecimento da assistência especializada no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Na sequência, apresenta-se a distribuição quantitativa dos atendimentos por especialidade, conforme demonstrado no Gráfico 05.

Gráfico 05. Consultas executadas por especialidades



A distribuição dos atendimentos no mês de dezembro de 2025 evidencia uma reconfiguração no perfil assistencial, com maior concentração de consultas na especialidade de urologia, que registrou 446 atendimentos, assumindo a liderança no período.

A dermatologia apresentou 434 atendimentos, mantendo volume expressivo e próximo ao observado na urologia, o que indica a continuidade de uma demanda relevante por essa especialidade, mesmo em um cenário de redução global das atividades.

Por sua vez, a ginecologia contabilizou 174 atendimentos, apresentando participação proporcionalmente menor no período, possivelmente influenciada por fatores como a dinâmica de encaminhamentos, organização das agendas assistenciais e características sazonais do mês.

De maneira geral, os resultados de dezembro refletem um período de ajuste operacional e possível redução da demanda assistencial, frequentemente observado no encerramento do exercício anual. Ainda assim, o projeto manteve sua capacidade de atendimento e assegurou a continuidade da oferta de serviços especializados nos territórios contemplados.

Os dados reforçam, portanto, a flexibilidade e capacidade adaptativa do Projeto AMEI, que conseguiu manter a assistência mesmo diante de variações no volume de atendimentos, garantindo o acesso da população às especialidades médicas prioritárias.



5 Participação nas (CIR)

No âmbito das estratégias de articulação interfederativa e alinhamento institucional das ações assistenciais, a equipe técnica do projeto participou, ao longo do ano de 2025, de reuniões da Comissão Intergestores Regional (CIR) em diferentes territórios de saúde do Estado do Piauí.

Esses espaços de governança regional constituem instâncias fundamentais para o diálogo entre a gestão estadual e os gestores municipais de saúde, possibilitando a apresentação das ações do projeto, o alinhamento dos fluxos assistenciais, a pactuação de estratégias operacionais e o fortalecimento da integração com a rede regional de atenção à saúde.

A participação nessas reuniões contribuiu para o fortalecimento da articulação com os municípios, permitindo orientar quanto aos critérios de acesso e encaminhamento dos usuários para as consultas especializadas, além de promover maior transparência, organização e efetividade na execução das ações assistenciais.

O quadro a seguir apresenta a relação das reuniões da Comissão Intergestores Regional (CIR) realizadas no período, indicando os territórios contemplados, os municípios sede e as respectivas datas.

- Território / Município Sede Data
- Vale do Rio Guaribas – Picos 13 agosto
- Vale do Itaim – Paulistana 13 agosto
- Carnaubais – Castelo do Piauí 20 agosto
- Entre Rios – Teresina 26 agosto
- Planície Litorânea – Parnaíba 28 agosto
- Cocais – Esperantina 29 agosto
- Sambito – Valença 02 outubro
- Guaribas – Picos 08 outubro
- Itaim – Paulistana 23 outubro
- Tabuleiros do Alto Parnaíba – Uruçuí 29 outubro
- Entre Rios – Teresina 30 outubro

A participação nas reuniões da CIR configurou-se como estratégia essencial de governança regional, permitindo não apenas a apresentação e alinhamento das ações do projeto, mas também a construção compartilhada de soluções junto aos gestores municipais.

Esses espaços contribuíram para a qualificação dos fluxos assistenciais, fortalecimento da regulação do acesso e maior integração entre os diferentes níveis de atenção à saúde, favorecendo a efetividade das ações desenvolvidas no âmbito do Projeto AMEI.

6 Considerações Finais

A execução das ações desenvolvidas pelo Instituto de Desenvolvimento do Nordeste – IDENE ao longo do ano de 2025 evidenciou a capacidade institucional de atuação em diferentes áreas estratégicas, integrando iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico e social, com destaque para a qualificação profissional no setor de turismo e a ampliação do acesso aos serviços de saúde especializada.

No âmbito da capacitação profissional, a realização do Curso de Hotelaria, em parceria com o SIETUR, contribuiu para o fortalecimento da mão de obra local, promoção da empregabilidade e melhoria da qualidade dos serviços turísticos, especialmente em região com relevante potencial econômico.

No campo da saúde, a execução do Projeto AMEI, no período de agosto a dezembro de 2025, demonstrou resultados expressivos na ampliação do acesso às consultas especializadas nas áreas de dermatologia, ginecologia e urologia, por meio de uma estratégia regionalizada e itinerante, que possibilitou alcançar diferentes territórios de saúde do Estado do Piauí.

A implementação progressiva das ações assistenciais, associada à participação ativa nas reuniões da Comissão Intergestores Regional (CIR), contribuiu para o fortalecimento da articulação interfederativa, organização dos fluxos assistenciais e qualificação do acesso da população aos serviços de saúde.

Os dados apresentados ao longo do relatório evidenciam a relevância do projeto na redução da demanda reprimida, na promoção da equidade no acesso aos serviços especializados e no fortalecimento da rede regional de atenção à saúde.

Destaca-se, ainda, a capacidade de adaptação do projeto frente às variações operacionais e sazonais observadas ao longo do período, mantendo a continuidade da oferta assistencial e garantindo a efetividade das ações desenvolvidas.

Dessa forma, conclui-se que as iniciativas executadas pelo IDENE no exercício de 2025 contribuíram de maneira significativa para o fortalecimento das políticas públicas, promoção do desenvolvimento regional e melhoria das condições de acesso da população a serviços essenciais, consolidando o papel institucional do Instituto como agente estratégico na implementação de ações integradas nas áreas de saúde e desenvolvimento socioeconômico.



**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO
NORDESTE - IDENE**

Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2025 com
Relatório do Auditor Independente

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

Ativo

| | Notas | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-----------------------------------|-------|------------------|----------------|
| Ativo circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 2.802.024 | 119.386 |
| Impostos a recuperar | 4 | 23.387 | 5.611 |
| Adiantamentos e outros créditos | | 68 | 68 |
| Total ativo circulante | | 2.825.479 | 125.065 |
| Ativo não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Imobilizado | 6 | 97.548 | - |
| (-) Depreciação acumulada | 6 | (2.846) | - |
| Total ativo não circulante | | 94.702 | - |
| Total do ativo | | 2.920.181 | 125.065 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

| INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE | | | |
|--|-------|------------------|----------------|
| Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 | | | |
| (Valores expressos em reais) | | | |
| Passivo e patrimônio social | | | |
| | Notas | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Passivo circulante | | | |
| Contas a pagar | 7 | 81.473 | - |
| Obrigações tributárias | 8 | 15.720 | - |
| Obrigações sociais | 9 | 81.157 | 4.937 |
| Provisões de férias e encargos | 10 | 133.997 | - |
| Total passivo circulante | | 312.347 | 4.937 |
| Passivo não circulante | | | |
| | | - | - |
| Patrimônio Social | | | |
| | 11 | | |
| Patrimônio social | | 120.128 | - |
| Superávit do exercício | | 2.487.706 | 120.128 |
| Total do patrimônio social | | 2.607.834 | 120.128 |
| Total do passivo e patrimônio social | | 2.920.181 | 125.065 |
| As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis. | | | |

JAQUELINE DA
SILVA
ARAÚJO:0481224
5303

Assinado de forma digital
por JAQUELINE DA SILVA
ARAÚJO:04812245303
Dados: 2026.02.24
21:39:30 -03'00'

RAFAEL
DAMASCENO
PAZ:03343972355

Assinado de forma digital
por RAFAEL DAMASCENO
PAZ:03343972355
Dados: 2026.02.25
07:05:53 -03'00'

Jaqueline da Silva Araújo
CPF:04812245303
Representante Legal

Rafael Damasceno Paz
Contador - CRC: 013274/O-5
CPF: 033.439.723-55

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE

Demonstração do resultado do exercício
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

| | Notas | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|-------|--------------------|------------------|
| Receitas operacionais | | | |
| Receita de prestação de serviços - Saúde | | 11.464.269 | 1.946.142 |
| Receita de prestação de serviços - Convênio SIETUR | | 100.000 | 120.000 |
| Receitas de doações | | 55.915 | - |
| Total das receitas operacionais | 12 | 11.620.184 | 2.066.142 |
| (-) Custo dos serviços de saúde | 13 | (4.433.965) | (1.493.599) |
| Total receita líquida | | 7.186.219 | 572.542 |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas com pessoal | 14 | (1.579.940) | (68.389) |
| Despesas administrativas | 15 | (3.188.465) | (407.861) |
| | | (4.768.405) | (476.251) |
| Resultado financeiro | | | |
| Receitas financeiras | 16 | 106.737 | 25.835 |
| Despesas financeiras | | (36.845) | (1.998) |
| | | 69.892 | 23.836 |
| (=) Superávit líquido do exercício | | 2.487.706 | 120.128 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

JAQUELINE DA
SILVA
ARAUJO:04812245303
245303

Assinado de forma
digital por JAQUELINE
DA SILVA
ARAUJO:04812245303
Dados: 2026.02.24
21:39:53 -03'00'

RAFAEL
DAMASCENO
PAZ:03343972355

Assinado de forma digital
por RAFAEL DAMASCENO
PAZ:03343972355
Dados: 2026.02.25
07:06:21 -03'00'

Jaqueline da Silva Araújo
CPF:04812245303
Representante Legal

Rafael Damasceno Paz
Contador - CRC: 013274/O-5
CPF: 033.439.723-55

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE

Demonstração das mutações do patrimônio social
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em reais)

| | Patrimônio social | Superávit do exercício | Total |
|---|-------------------|------------------------|------------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | - | - | - |
| Incorporação do superávit do exercício anterior | - | - | - |
| Ajuste de exercícios anteriores | - | - | - |
| Superávit do exercício | - | 120.128 | 120.128 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | - | 120.128 | 120.128 |
| Incorporação do superávit do exercício anterior | 120.128 | (120.128) | - |
| Ajuste de exercícios anteriores | - | - | - |
| Superávit do exercício | - | 2.487.706 | 2.487.706 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | 120.128 | 2.487.706 | 2.607.834 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

JAQUELINE DA SILVA
 ARAUJO:04812245303
 245303

Assinado de forma digital por JAQUELINE DA SILVA
 ARAUJO:04812245303
 Dados: 2026.02.24 21:40:12 -03'00'

RAFAEL DAMASCENO
 PAZ:03343972355
 55

Assinado de forma digital por RAFAEL DAMASCENO
 PAZ:03343972355
 Dados: 2026.02.25 07:06:46 -03'00'

Jaqueline da Silva Araújo
 CPF:04812245303
 Representante Legal

Rafael Damasceno Paz
 Contador - CRC: 013274/O-5
 CPF: 033.439.723-55

| INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE - IDENE | | |
|--|------------------|----------------|
| Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 | | |
| (Valores expressos em reais) | | |
| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| Superávit líquido dos exercícios | 2.487.706 | 120.128 |
| Ajustes ao superávit líquido de itens que não afetam o caixa operacional | | |
| Depreciação | 2.846 | - |
| | 2.490.551 | 120.128 |
| Variações nos ativos e passivos | | |
| Impostos a recuperar | (17.776) | (5.611) |
| Adiantamentos e outros créditos | - | (68) |
| Contas a pagar | 81.473 | - |
| Obrigações tributárias | 15.720 | - |
| Obrigações sociais | 76.219 | 4.937 |
| Provisões de férias e encargos | 133.997 | - |
| | 289.634 | (743) |
| Caixa líquido das atividades operacionais | 2.780.186 | 119.386 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Aquisição imobilizado tangível | (97.548) | - |
| Caixa líquido gerado das atividades de investimento | (97.548) | - |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 2.682.638 | 119.386 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 119.386 | - |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 2.802.024 | 119.386 |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 2.682.638 | 119.386 |
| As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis. | | |

JAQUELINE DA
SILVA
ARAUJO:04812
245303

Assinado de forma
digital por JAQUELINE
DA SILVA
ARAUJO:04812245303
Dados: 2026.02.24
21:40:34 -03'00'

RAFAEL
DAMASCENO
PAZ:03343972355

Assinado de forma digital
por RAFAEL DAMASCENO
PAZ:03343972355
Dados: 2026.02.25
07:07:11 -03'00'

Jaqueline da Silva Araújo
CPF:04812245303
Representante Legal

Rafael Damasceno Paz
Contador - CRC: 013274/O-5
CPF: 033.439.723-55



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Instituto de Desenvolvimento do Nordeste (IDENE) é uma pessoa jurídica de direito privado, inscrito sob o CNPJ No. 20.124.920/0001-29, e está instituído sob a forma de Associação Privada sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, dotada de autonomia administrativa e financeira, e é regido pelo Estatuto Social registrado em 03 de julho de 2024 e sequencialmente revisado e registrado em 12 de dezembro de 2025. O Instituto é situado na Rua Senador Cândido Ferraz, No. 2.151, bairro do Jóquei, no município de Teresina, capital do Estado de Piauí – PI.

O IDENE é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua pela transformação social do Nordeste brasileiro, com ênfase crescente na promoção da saúde pública. Por meio de projetos sustentáveis, inclusivos e baseados em evidências, o IDENE contribui para o fortalecimento das políticas públicas e o desenvolvimento humano de forma integrada.

O IDENE tem como objetivos:

I – Prestação de serviços de internação hospitalar, de curta e longa duração, a pacientes em unidades classificadas como hospitalares, com vistas à redução de riscos de doenças e de outros agravos, assegurando o acesso às ações e aos serviços destinados à promoção, proteção e recuperação da saúde;

II – Realização de atendimentos ambulatoriais e consultas médicas, em unidades assistenciais, consultórios, unidade móvel, ambulatorios, postos de assistência médica ou clínicas especializadas ou não, destinados ao diagnóstico, tratamento e acompanhamento de pacientes não submetidos a regime de internação;

III – Apoio e fortalecimento da gestão pública em saúde, com o compromisso de qualificar-se como Organização Social, celebrando contratos de gestão voltados à operacionalização e ao gerenciamento de unidades públicas de saúde, de forma a garantir o acesso universal, equitativo e igualitário às ações e aos serviços de atenção à saúde, nas dimensões da promoção, proteção e recuperação, contribuindo para o bem-estar físico, mental e social da população;

IV – Realização de estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos, voltados ao aprimoramento das práticas de gestão, da atenção à saúde e da promoção do desenvolvimento social e institucional.

2. Resumo das práticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

2.1.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e nas disposições da ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucro.

A Diretoria do Instituto aprovou as demonstrações contábeis e sua divulgação em[o].

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Diretoria do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis do Instituto.



A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Instituto revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.2.1. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresa, requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

Não há julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.3. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua (“moeda funcional”).

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa (recursos sem restrição)

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Caixa e equivalentes de caixa (recursos com restrição)

O Instituto mantém neste os recursos recebidos por meio do contrato de gestão MEC e verba do fundo de saúde, que ainda não foram aplicados nos projetos conforme detalhado na Nota Explicativa nº 5.

Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos com restrição no ativo e em contrapartida o crédito de recursos com restrição no passivo. Os montantes são classificados entre circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução dos projetos, são classificados no ativo ou passivo não circulante, os montantes com previsão de execução com prazos superiores a 12 meses, a contar da data-base do encerramento do exercício social.

2.5. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A partir de 1º de janeiro de 2018, através da CPC 48 – Instrumentos financeiros, foi estabelecido, entre outros, nova classificação e mensuração de ativos financeiros. Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro cujo fluxo de caixa resulte somente de recebimento do principal e os juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócio adotado pela organização objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais como também sua venda;



Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.

Custo amortizado

De acordo com o modelo de negócios do Instituto, os ativos e passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ou seja:

- Os ativos financeiros do Instituto são: contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto investimentos de curto prazo eventualmente registrados;
- Passivos financeiros não mensurados ao valor justo contra resultado; e
- Os passivos financeiros são reconhecidos e amortizados seguindo essencialmente o método do custo amortizado. São incluídos como passivos financeiros: fornecedores, obrigações sociais e tributárias e outras contas a pagar.

2.6. Contas a receber

As contas a receber do Instituto são avaliadas no momento inicial pelo valor presente. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal do Instituto), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

2.7. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais mencionadas, que levam em consideração o prazo de vida útil dos ativos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações será incluído no valor contábil do ativo, no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para o Instituto.

As principais renovações serão depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Intangível

Refere-se a patentes, que têm vidas úteis finitas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se for o caso.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear, baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

2.8. Contas a pagar, Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar, fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.9. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo.



2.10. Provisões

Reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Instituto.

2.11. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O Instituto não mantém planos de pensão, previdência privada ou outro plano de aposentadoria para os empregados e dirigentes, e não mantém plano de benefícios a dirigentes e empregados na forma de planos de bônus ou de participações.

2.12. Apuração do superávit (déficit)

O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. As receitas e despesas foram aplicadas em suas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto Social.

As receitas do Instituto são provenientes de contratos com órgãos públicos, prestações de serviços, doações e outras captações de recursos. Os contratos possuem metas pactuadas que devem ser atingidas.

2.13. Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro, líquido da Entidade compreende: rendimentos de aplicações financeiras; receitas e despesas de juros e despesas bancárias.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

2.14. Imposto de renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Corrente

Em virtude de o Instituto ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos de 178 a 184 do Regulamento de Imposto de renda, aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, bem como artigo 195 da Constituição Federal (CF).

2.15. Receitas e despesas de trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro vigente a partir de 21 de agosto de 2015, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

2.16. Reconhecimento e mensuração – Imobilizado OSS

Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos.

3. Caixa e equivalentes de caixa

| | Órgão | 2025 | 2024 |
|--|---------------|------------------|----------------|
| Caixa | Sec. de Saúde | 14 | - |
| Banco do Brasil (Conta Corrente) | Sec. de Saúde | 96.311 | 66.786 |
| Banco do Brasil (aplicação) | Sec. de Saúde | 2.705.699 | 52.600 |
| Caixa e equivalentes de caixa - Com restrição | | 2.802.024 | 119.386 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | | 2.802.024 | 119.386 |

4. Impostos a recuperar

| | 2025 | 2024 |
|--|---------------|--------------|
| Imposto de Renda retido na fonte (IRRF) s/aplicações financeiras | 23.387 | 5.611 |
| Total | 23.387 | 5.611 |

Refere-se ao Imposto de Renda retido na fonte (IRRF) sobre os resgates das aplicações financeiras realizados pela Instituição entre os exercícios sociais de 2025 e 2024.

5. Adiantamentos e outros créditos

| | 2025 | 2024 |
|-------------------------------|-----------|-----------|
| Adiantamentos a colaboradores | 68 | 68 |
| Total | 68 | 68 |

6. Imobilizado

| Descrição | Taxa anual de depreciação | 2025 | 2024 |
|---|---------------------------|---------------|----------|
| Tangível | | | |
| Bens em uso | | | |
| Móveis e utensílios | 10% | 18.577 | - |
| (-) Depreciação acumulada (Móveis e Utensílios) | - | (260) | - |
| Móveis e Utensílios (Custo líquido) | | 18.317 | - |
| Instalações | 10% | 78.971 | - |
| (-) Depreciação acumulada (Instalações) | - | (2.586) | - |
| Instalações (Custo líquido) | | 76.385 | - |
| Imobilizado líquido | | 94.702 | - |

A Instituição iniciou a aquisição de bens componentes do imobilizado no exercício de 2025.

7. Fornecedores

| | 2025 | 2024 |
|--|---------------|----------|
| Fornecedores de mercadorias e serviços | 81.473 | - |
| Total | 81.473 | - |

8. Obrigações tributárias

| | 2025 | 2024 |
|-------------------------------------|---------------|----------|
| Verba fundos de saúde | | |
| CSRF a recolher | 2.433 | - |
| IRRF a recolher | 827 | - |
| ISS a recolher | 12.460 | - |
| Total obrigações tributárias | 15.720 | - |

9. Obrigações sociais, provisões de férias e encargos

| | 2025 | 2024 |
|---------------------------------|---------------|--------------|
| Verba fundos de saúde | | |
| Salários a pagar | - | 3.319 |
| Pis sobre Folha a recolher (a) | 1.411 | 36 |
| INSS a recolher | 51.974 | 1.292 |
| FGTS a recolher | 13.849 | 290 |
| IRRF sobre folha a recolher | 13.923 | - |
| Total obrigações sociais | 81.157 | 4.937 |

(a) refere-se ao recolhimento do PIS com Incidência sobre folha de salários, com alíquota de 1% - art. 13, IV, MP 2.158-35/2001, que a entidade recolhe normalmente.

10. Provisões de férias e encargos

| | 2025 | 2024 |
|---------------------------------|----------------|----------|
| Verba fundos de saúde | | |
| Provisão de férias | 127.257 | - |
| Provisão de 13º. Salário | 6.740 | - |
| Total obrigações sociais | 133.997 | - |

11. Patrimônio social

| | 2025 | 2024 |
|-------------------|----------------|----------|
| Patrimônio Social | 120.128 | - |
| Total | 120.128 | - |

11.1. Formação do patrimônio social

O Patrimônio Social da Entidade é constituído pelas contribuições iniciais, superávits apurados nos exercícios sociais, doações, subvenções, auxílios e demais recursos patrimoniais, sendo utilizado exclusivamente na manutenção e no desenvolvimento de suas atividades institucionais, em conformidade com seu estatuto social e a legislação aplicável.

Os superávits eventualmente apurados são integralmente incorporados ao Patrimônio Social, não sendo permitida sua distribuição, a qualquer título, a dirigentes, associados, instituidores ou terceiros, observados os princípios da continuidade, da entidade e da finalidade social.

O Patrimônio Social é registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros, refletindo adequadamente a posição patrimonial da Entidade na data-base das demonstrações contábeis.

11.2. Remuneração da administração

O Estatuto Social do Instituto possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

12. Receita operacional

| | 2025 | 2024 |
|---|-------------------|------------------|
| Receita de prestação de serviços – Saúde | | |
| Termo de Colaboração No. 171/2025 - Realizado | 11.464.269 (a) | - |
| Termo de Fomento No. 074/2024 - Realizado | - | 1.620.142 (d) |
| Termo de Fomento No. 094/2024 - Realizado | - | 326.000 (e) |
| Subtotal | 11.464.269 | 1.946.142 |
| Receita de prestação de serviços – Convênio SIETUR | | |
| Convênio Sietur 0398/2025 - Realizado | 100.000 (b) | - |
| Convênio Sietur No. 062/2024 - Realizado | - | 120.000 (c) |
| Subtotal | 100.000 | 120.000 |
| Outras receitas | | |
| Receitas de doações | 55.915 (f) | - |
| Total das receitas operacionais | 11.620.184 | 2.066.142 |

(a) Durante o exercício social de 2025 e, presentemente, o IDENE mantém junto ao Governo do Estado do Piauí um Termo de Colaboração que, resumidamente, possui as seguintes bases:

- ✓ Termo de Colaboração No. 171/2025 – SIGRP
- ✓ Concedente: Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI-PI
- ✓ Objeto: operacionalização e execução de ações de saúde itinerante destinadas ao rastreamento e diagnóstico precoce dos cânceres de pele, de próstata e do colo do útero, abrangendo os 12 (doze) territórios que compõem as macrorregionais do Estado do Piauí.
- ✓ Valor do contrato: R\$ 22.928.537,16
- ✓ Prazo: 12/06/2025 a 12/06/2026 (12 meses)
- ✓ Realizado: 50% (cinquenta por cento)

(b) Refere-se a Processo SIETUR No. 00153.000398/2025-05, aprovado no valor de R\$ 100.000,00, cujo Projeto foi o curso de hotelaria na cidade de Luís Correia – PI, embasado na Lei Ordinária do Estado do Piauí de Nº 8.177, de 03/10/2023. O projeto foi realizado 100% (cem por cento);

(c) Refere-se a Processo SIETUR No. 00153.000716/2024-49, aprovado no valor de R\$ 120.000,00, cujo Projeto foi o curso de hotelaria na cidade de Pedro II, embasado na Lei Ordinária do Estado do Piauí de Nº 8.177, de 03/10/2023. O projeto foi realizado 100% (cem por cento);

(d) Refere-se ao seguinte projeto:

- ✓ Termo de Colaboração No. 74/2024 – SIGRP
- ✓ Concedente: Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI-PI
- ✓ Objeto: realizar consultas e exames especializados para prevenção e diagnóstico de doenças nas

especialidades médicas de urologia, vascular, ginecologia, cardiologia e dermatologia, incluindo os exames de eletrocardiograma (ECG), ultrassonografia (US) da próstata, teste rápido de PSA, ultrassonografia com doppler e colposcopia, nos municípios de Amarante, Nazaré, São Miguel do Fidalgo, São José do Peixe, Santa Rosa, Ipiranga, São Pedro, Simplício Mendes e Colônia do Piauí

- ✓ Valor do contrato: R\$ 1.246.264,00, com aditivo de R\$ 373.877,83, totalizando R\$ 1.620.141,83
- ✓ Momento do repasse: 14/06/2024 e aditivo em 08/11/2024
- ✓ Realizado: 100% (cem por cento)

(e) Refere-se ao seguinte projeto:

- ✓ Termo de Colaboração No. 94/2024 – SIGRP
- ✓ Concedente: Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI-PI
- ✓ Objeto: realizar 500 consultas especializadas através do programa AMEI (Atendimento Médico Especializado Itinerante) no município de Campo Maior, visando atendimento de crianças de 01 a 12 anos
- ✓ Valor do contrato: R\$ 326.000,00
- ✓ Momento do repasse: 28/08/2024
- ✓ Realizado: 100% (cem por cento)

(f) O grupo “Outras Receitas” é composto por ingressos de recursos provenientes de doações, não diretamente vinculados às atividades operacionais principais da Entidade. Os valores são reconhecidos pelo regime de competência, quando auferidos ou quando se tornam realizáveis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis à Entidade.

13. Custos dos serviços de saúde

| | 2025 | 2024 |
|---|--------------------|--------------------|
| Custo dos serviços | | |
| Serviços prestado de pessoa jurídica e física | (4.216.328) | (1.430.780) |
| Custo de material hospitalar, medicamentos e outros | (217.637) | (62.819) |
| Total dos custos dos serviços de saúde | (4.433.965) | (1.493.599) |

14. Despesas com pessoal

| | 2025 | 2024 |
|---------------------------------------|--------------------|-----------------|
| Resumo das despesas de pessoal | | |
| Salários | (732.134) | (15.552) |
| 13º. Salário | (66.615) | (1.057) |
| Férias | (93.709) | - |
| INSS | (248.404) | (4.879) |
| FGTS | (76.806) | (1.329) |
| Honorários profissionais | (123.781) | - |
| Outras despesas de pessoal | (238.491) | (45.573) |
| Total | (1.579.940) | (68.389) |

15. Despesas administrativas

| | 2025 | 2024 |
|------------------------------------|--------------------|------------------|
| Serviços prestados pessoa jurídica | (1.577.198) | (285.849) |
| Conservação de instalações | (225.850) | - |
| Manutenção de software | (83.470) | - |
| Aluguel de imóveis | (59.783) | (11.100) |
| Locação de veículos | (414.000) | (15.900) |
| Material de escritório | (186.408) | - |
| Aluguel de equipamentos | (87.952) | (7.400) |
| Combustíveis e lubrificantes | (106.215) | (14.745) |
| Viagens e estadas | (135.097) | (2.000) |
| Assessoria contábil | (50.000) | (17.850) |
| Assessoria jurídica | (85.000) | (50.000) |
| Outros custos | (177.492) | (3.017) |
| Total | (3.188.465) | (407.861) |

16. Resultado financeiro, líquido

| | 2025 | 2024 |
|--|-----------------|----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimento com aplicações financeiras | 106.737 | 25.835 |
| Total | 106.737 | 25.835 |
| Despesas financeiras | | |
| IOF | (7.830) | (297) |
| Despesas bancárias e outras despesas | (29.015) | (1.701) |
| Total | (36.845) | (1.998) |
| Total resultado financeiro, líquido | 69.892 | 23.836 |

17. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem caixa e equivalentes de caixa e outros recebíveis, assim como obrigações a pagar e outras dívidas cujos valores são aproximados aos respectivos valores de mercado. O Instituto não opera com instrumentos financeiros para fins especulativos, bem como derivativos.

17.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades classificadas como de primeira linha.

17.2. Risco de liquidez

É o risco de o Instituto não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas frequentemente pela Diretoria do Instituto.

17.3. Demais riscos financeiros

Em função das características e forma de operação, bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2025, o Instituto não está sujeito aos fatores de risco com: **(a)** taxas de câmbio; **(b)** risco com preço de mercadorias vendidas ou insumos adquiridos; e **(c)** risco significativo de estrutura de capital.

18. Aspectos tributários

a) Impostos diretos (IRPJ e CSLL) e indiretos (COFINS)

O Instituto é constituído sob a forma de entidade sem fins lucrativos e desenvolve suas atividades em conformidade com seus objetivos estatutários, não distribuindo resultados, superávits, dividendos ou parcelas de seu patrimônio, a qualquer título, aos seus dirigentes, associados, instituidores, mantenedores ou terceiros.

Em virtude de sua natureza e forma de atuação, a Entidade goza do benefício de imunidade do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, conforme previsto nos artigos 178 a 184 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto no 9.580, de 22 de novembro de 2018), artigo 15 da Lei nº 9.532/1997, tributos federais incidentes sobre as receitas conforme artigo 14 da MP 2.158-35/2001 e artigo 195 da Constituição Federal (CF), desde que atendidos os requisitos legais aplicáveis, em especial os previstos no artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN). O Instituto mantém escrituração contábil regular, capaz de assegurar a exatidão de suas operações, e aplica integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

A Administração, para fins de transparência, divulga o benefício fiscal estimado decorrente da imunidade tributária, ainda que não tenha sido efetivamente usufruído no período, por se tratar de estimativa baseada nas informações disponíveis na data de encerramento do exercício e nas alíquotas vigentes. A mensuração do benefício fiscal considera, entre outros aspectos, a natureza das receitas, o resultado apurado no exercício e as bases estimadas de tributação que seriam aplicáveis caso a Entidade não estivesse abrangida pela imunidade, bem como as premissas e critérios de cálculo adotados pela Administração. A estimativa do benefício fiscal está sujeita a variações, em função de mudanças na legislação, interpretações fiscais, decisões administrativas/judiciais e da própria composição das receitas e despesas de cada exercício, não representando obrigação presente e tampouco assegurando direito de restituição, tendo caráter exclusivamente informativo.

A administração estima que o valor relativo à imunidade (como se devida fosse), gozado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 seria de R\$ 1.682.477 (R\$ 185.858, em 2024), abaixo detalhado, tendo sido totalmente aplicado nos programas para a manutenção de serviços gratuitos. Vide composição:

| | 2025 | 2024 |
|---|------------------|----------------|
| IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica sobre o lucro líquido | 575.449 | 18.019 |
| CSLL – Contribuição Social sobre o lucro líquido | 223.894 | 10.812 |
| COFINS sobre as receitas | 893.134 | 157.027 |
| Total | 1.682.477 | 185.858 |

b) Isenção tributária através do Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS

A Administração informa que a Entidade se encontra em processo de adoção das medidas necessárias à obtenção da Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área da saúde, com expectativa de protocolo e/ou enquadramento para o exercício de 2026, nos termos da legislação aplicável.

O referido processo envolve a adequação documental, estatutária e operacional aos requisitos legais exigidos para a certificação, especialmente no que se refere às atividades desenvolvidas, à aplicação de recursos e à observância das normas específicas do setor.

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, a Entidade não possui a certificação concedida, razão pela qual não foram reconhecidos efeitos tributários decorrentes de eventual fruição de imunidade ou isenção vinculada ao CEBAS. Eventuais impactos serão reconhecidos contabilmente quando da efetiva concessão e observadas as condições legais aplicáveis.

Abaixo exibimos quadro com as isenções que a Entidade estaria usufruindo no exercício de 2025 em caso de obtenção do certificado:

| | 2025 |
|------------------------------|----------------|
| INSS cota patronal | 470.614 |
| PIS sobre Folha de Pagamento | 16.928 |
| Total | 487.542 |



19. Seguros

Na data-base das demonstrações contábeis, o Instituto não mantinha apólices de seguros contratadas para cobertura de seus ativos, operações ou responsabilidades. A Administração avalia periodicamente os riscos inerentes às suas atividades e entende que, no momento, tais riscos estão adequadamente geridos por meio de controles internos, políticas operacionais e acompanhamento contínuo de suas operações.

A eventual contratação de seguros será objeto de reavaliação pela Administração, considerando a natureza das atividades, a exposição a riscos e a relação custo-benefício, em conformidade com as práticas de gestão adotadas pela Entidade.

20. Prestações de contas e controle

A Entidade submete-se à fiscalização do Estado, dos órgãos de controle interno, do Tribunal de Contas e de auditoria independente, apresentando periodicamente relatórios técnicos, financeiros e contábeis, em conformidade com as normas vigentes.

21. Eventos subsequentes

No final do exercício de 2025, em 26 de dezembro de 2025, o Instituto assinou Termo de Fomento de No. 294/2025, junto a Secretaria de Estado Saúde do Piauí, no valor de R\$ 3.300.000,00, com o objeto é a execução de ações integradas de sensibilização e rastreamento populacional para detecção precoce do câncer colorretal (CCR), abrangendo os territórios do Vale do Guaribas, Vale do Canindé e Vale dos Rios Piauí e Itaueira, no Estado do Piauí.

Os administradores declaram a inexistência de outros fatos ocorridos subsequente à da data de encerramento do período examinado que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira ou que provoquem efeitos sobre seus resultados futuros.

22. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Entidade e autorizadas para emissão em 13 de fevereiro de 2026, às quais considera os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Teresina – PI, 13 de fevereiro de 2026.

JAQUELINE
DA SILVA
ARAUJO:0481
2245303

Assinado de forma
digital por JAQUELINE
DA SILVA
ARAUJO:04812245303
Dados: 2026.02.24
21:40:57 -03'00'

Jaqueline da Silva Araújo
CPF:04812245303
Representante Legal

RAFAEL
DAMASCENO
PAZ:033439723
55

Assinado de forma
digital por RAFAEL
DAMASCENO
PAZ:03343972355
Dados: 2026.02.25
07:07:50 -03'00'

Rafael Damasceno Paz
Contador - CRC: 013274/O-5
CPF: 033.439.723-55

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores e Conselheiros da
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – IDENE
Teresina – PI

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – IDENE** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio social e da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – IDENE** em 31 de dezembro de 2025 e o desempenho suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos – Auditoria das demonstrações contábeis do exercício anterior

As demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – IDENE** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório, emitido em 26 de maio de 2025, não continha modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar este fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina-PI, 13 de fevereiro de 2026.

PHF – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE – 000680/O-0

PAULO DE TARSO Assinado de forma
MACEDO MALTA digital por PAULO DE
JUNIOR:03290221 TARSO MACEDO MALTA
482 JUNIOR:03290221482
Dados: 2026.02.12
14:39:30 -03'00'

Paulo de Tarso M. Malta Jr

Contador – CRC-PE – 018346/O – “S” – PI

Sócio

PARECER DO CONSELHO FISCAL E ADMINISTRATIVO

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025

Instituto de Desenvolvimento do Nordeste – IDENE

CNPJ: 20.124.920/0001-29

O Conselho Fiscal e administrativo do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste – IDENE, no uso de suas atribuições estatutárias e legais, especialmente aquelas previstas no Estatuto Social da entidade, reuniu-se para proceder à análise e apreciação da Prestação de Contas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, apresentada pela Diretoria.

Para a formação de seu convencimento e emissão do presente parecer, este Conselho examinou a documentação contábil, financeira e administrativa disponibilizada pela Diretoria, compreendendo, dentre outros, os seguintes documentos:

- Relatório Anual de Atividades Institucionais;
- Balanço Patrimonial do exercício;
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstrações contábeis complementares e respectivas Notas Explicativas;
- Demonstrativos de receitas e despesas do período;
- Extratos bancários e respectivas conciliações financeiras;
- Documentação comprobatória das movimentações financeiras e patrimoniais realizadas no exercício;
- Parecer Técnico emitidos pela Auditoria Independente (Auditoria Externa) acerca das demonstrações contábeis do exercício;
- Demais documentos contábeis, financeiros e administrativos apresentados pela Diretoria.

No desempenho de suas atribuições de fiscalização, este Conselho procedeu à verificação da regularidade dos registros contábeis e financeiros, bem como da conformidade das operações realizadas pela entidade com as normas legais e estatutárias aplicáveis.

Da análise efetuada, constatou-se que:

I – os demonstrativos contábeis refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da entidade ao término do exercício analisado;

II – os registros contábeis encontram-se suportados por documentação comprobatória idônea e regularmente organizada;

III – a gestão administrativa e financeira observou os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade, transparência e eficiência;

IV – os recursos financeiros foram aplicados na manutenção e no desenvolvimento das atividades institucionais, em consonância com os objetivos sociais da entidade;

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA:

📄 Municipal Lei Nº 6.126, de 29 de agosto de 2024

📄 Estadual Lei Nº 8519, de 30 de outubro de 2024

📍 Rua Senador Cândido Ferraz, Nº 2151
Bairro: Jóquei- Teresina/PI- CEP: 64.049-250

☎ (86) 2140-0029

☎ (86) 9.9988- 0112

🌐 site: idene-pi.org

📱 @idene_nor

CS CamScanner

V – foram observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis e as boas práticas de governança e controle administrativo.

Este Conselho considerou, ainda, o Parecer da Auditoria Independente, que analisou as demonstrações contábeis do exercício, cujas conclusões serviram de subsídio técnico para a formação do entendimento deste colegiado acerca da regularidade das contas apresentadas.

Diante do exposto, e considerando as informações e documentos apresentados pela Diretoria, o Conselho Fiscal e Administrativo manifesta-se **FAVORAVELMENTE** à aprovação das contas do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste – IDENE, relativas ao exercício financeiro de 2025, recomendando sua submissão à apreciação e deliberação da Assembleia Geral da entidade, nos termos do Estatuto Social.

Por fim, este Conselho ressalta a importância da continuidade das práticas de transparência, controle interno e adequada gestão administrativa e financeira, em observância aos princípios que regem as entidades do Terceiro Setor e à legislação aplicável.

Teresina – PI, 09 de março de 2026.

Assinaturas dos Membros do Conselho Fiscal e Administrativo:

PAULO
GEOVANO
BATISTA
DANTAS:034655
64308


Assinado de forma
digital por PAULO
GEOVANO BATISTA
DANTAS:03465564
308

PAULO GEOVANO BATISTA DANTAS
CPF: 034.655.643-08

ROSANA LEAL DE
SOUSA:01033104
361

Assinado de forma digital
por ROSANA LEAL DE
SOUSA:01033104361
Dados: 2026.03.23
18:24:19 -03'00'

ROSANA LEAL DE SOUSA
CPF: 010.331.043-61

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO MOREIRA DA SILVA
Data: 11/03/2026 16:37:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FRANCISCO MOREIRA DA SILVA
CPF: 350.255.813-20

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA:
Municipal Lei Nº 6.126, de 29 de agosto de 2024
Estadual Lei Nº 8519, de 30 de outubro de 2024

Rua Senador Cândido Ferraz, Nº 2151
Bairro: Jóquei- Teresina/PI- CEP: 64.049-250

☎ (86) 2140-0029

☎ (86) 9.9988- 0112

🌐 site: idene-pi.org

📱 @idene_nor

 CamScanner

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

A Diretora Executiva do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste – IDENE, no uso de suas atribuições estatutárias e em conformidade com o artigo 14, inciso I, c/c artigo 15 do Estatuto Social, convoca os associados em pleno gozo de seus direitos estatutários para participarem da **Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia **13 de março de 2026, às 12h em primeira convocação e às 12h30 em segunda convocação**, na sede do IDENE, localizada na situado na Rua Senador Cândido Ferraz, no 2151, Bairro Jóquei, CEP 64.049-250, na cidade de Teresina/PI, e de forma virtual, por meio da plataforma ZOOM (o link será encaminhado por WhatsApp e/ou e-mail).

A Assembleia Geral terá as seguintes pautas:

1. Apresentação do Relatório de Atividades referente ao exercício de 2025;
2. Apresentação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2025;
3. Apresentação do Relatório da Auditoria Independente;
4. Leitura e apreciação do Parecer do Conselho Fiscal;
5. Deliberação e aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2025;
6. Assuntos gerais de interesse da entidade.

O presente edital será divulgado no site oficial da entidade (<https://www.idene-pi.org>), afixado em local visível na sede da instituição e encaminhado aos associados por meio de e-mail e/ou aplicativo de mensagens (WhatsApp), conforme previsão estatutária.

Teresina/PI, 09 de março de 2025.

JAQUELINE DA
SILVA
ARAUJO:0481224
5303

Assinado de forma
digital por JAQUELINE
DA SILVA
ARAUJO:04812245303

Instituto de Desenvolvimento do Nordeste – IDENE

CNPJ no 20.124.920/0001-29

Jaqueline da Silva Araújo

Diretora Executiva – CPF: 048.122.453-03

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA:

🏛️ Municipal Lei Nº 6.126, de 29 de agosto de 2024

🏛️ Estadual Lei Nº 8519, de 30 de outubro de 2024

📍 Rua Senador Cândido Ferraz, Nº 2151
Bairro: Jóquei- Teresina/PI- CEP: 64.049-250

☎️ (86) 2140-0029

📞 (86) 9.9988- 0112

🌐 site: idene-pi.org

📷 @idene_nordeste

✉️ idene@idene-pi.org

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE**

Aos 13 (treze) dias do mês de março do ano de 2026, às 12h30min, em segunda convocação, realizou-se, na sede do Instituto de Desenvolvimento do Nordeste – IDENE, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 20.124.920/0001-29, situada à Rua Senador Cândido Ferraz, nº 2151, Bairro Jóquei, CEP 64.049-250, na cidade de Teresina, Estado do Piauí, a Assembleia Geral Ordinária, convocada na forma do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 14, inciso I, do referido Estatuto, conforme edital de convocação previamente divulgado no site oficial da entidade, afixado em local visível na sede institucional e encaminhado aos associados por meio de e-mail e/ou aplicativo de mensagens (WhatsApp), nos termos da previsão estatutária. A reunião foi aberta pela Sra. **Jaqueline da Silva Araújo**, Presidente da Diretoria Executiva, que assumiu a presidência da sessão e designou o Sr. **Luís Carlos Batista**, Secretário da entidade, para secretariar os trabalhos e proceder à lavratura da presente ata.

A Presidente declarou abertos os trabalhos e apresentou a ordem do dia, previamente constante do edital de convocação:

- 1. Apresentação do Relatório de Atividades referente ao exercício de 2025;**
- 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2025;**
- 3. Leitura e apreciação do Parecer do Conselho Fiscal;**
- 4. Deliberação e aprovação da Prestação de Contas do exercício de 2025;**
- 5. Assuntos gerais de interesse da entidade.**

Dando início aos trabalhos, foi realizada a apresentação do **Relatório de Atividades Institucionais**, contendo a síntese das ações desenvolvidas pela entidade ao longo do **exercício de 2025**, bem como os resultados institucionais alcançados no período.

Em seguida, foram apresentadas as Demonstrações Contábeis do exercício, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), as Notas Explicativas e demais demonstrativos financeiros pertinentes.

Na sequência, procedeu-se à leitura do Parecer do Conselho Fiscal, no qual os membros daquele órgão informaram ter analisado a documentação contábil e financeira apresentada pela Diretoria Executiva, incluindo o Relatório e Parecer da Auditoria Independente (Auditoria Externa) acerca das demonstrações contábeis do exercício, manifestando-se favoravelmente à aprovação da prestação de contas.

Aberta a palavra aos associados presentes para eventuais esclarecimentos, não havendo questionamentos ou manifestações contrárias, foi colocada em votação a Prestação de Contas referente ao exercício de 2025, sendo a mesma aprovada pela Assembleia Geral. Nos assuntos gerais, a Presidente facultou a palavra aos presentes para manifestações de interesse institucional, não havendo deliberações adicionais a serem registradas. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a Assembleia Geral Ordinária, determinando a lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelo Secretário da Assembleia, pela Presidente e pelos demais presentes, conforme lista de presença anexa.

Teresina/PI, 13 de março de 2026

INSTITUTO DE
DESENVOLVIMENTO
DO NORDESTE
IDENE:2012492000012
9

Assinado de forma
digital por INSTITUTO
DE DESENVOLVIMENTO
DO NORDESTE
IDENE:20124920000129

JAQUELINE DA SILVA ARAÚJO

CPF: 048.122.453-03

Presidente da Assembleia

LUIS CARLOS
BATISTA DE
SOUSA:052535243
04

Assinado de forma
digital por LUIS
CARLOS BATISTA DE
SOUSA:05253524304

Luís Carlos Batista de Sousa

CPF:052.535.243-04

Secretário da Assembleia

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA:

📄 Municipal Lei Nº 6.126, de 29 de agosto de 2024

📄 Estadual Lei Nº 8519, de 30 de outubro de 2024

📍 Rua Senador Cândido Ferraz, Nº 2151
Bairro: Jóquei- Teresina/PI- CEP: 64.049-250

☎ (86) 2140-0029

☎ (86) 9.9988- 0112

🌐 site: idene-pi.org

📧 @idene_nordeste

✉ idene@idene-pi.org

LISTA DE PRESENÇA REFERENTE A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE, INSCRITO NO CNPJ Nº 20.124.920/0001-29, REALIZADA NO DIA 13 DE MARÇO DE 2026

| Nº | Nome Completo | CPF | Assinatura |
|----|--------------------------------|----------------|--------------------------------|
| 1 | Eduardo José da Silva Campos | 053.501.321-30 | Eduardo José da Silva Campos |
| 2 | Aline Oliveira Furtado Rocha | 036.710.853-47 | Aline Oliveira Furtado Rocha |
| 3 | Lucas Tavares de Sousa | 065.157.883-39 | Lucas Tavares de Sousa |
| 4 | Tamires Batista Dantas | 040.252.583-31 | Tamires Batista Dantas |
| 5 | Helena Batista da Costa Dantas | 673.851.413-15 | |
| 6 | Gilton Ferreira Pacheco | 364.851.128-98 | Gilton Ferreira Pacheco |
| 7 | Gedson Everk Alves Amorim | 025.814.023-26 | Gedson Everk Alves Amorim |
| 8 | Kairo Fernando Barbosa de Lima | 010.097.253-51 | Kairo Fernando Barbosa de Lima |

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA:
 Municipal Lei Nº 6.126, de 29 de agosto de 2024
 Estadual Lei Nº 8519, de 30 de outubro de 2024

Rua Senador Cândido Ferraz, Nº 2151
 Bairro: Joquei- Teresina/PI- CEP: 64.049-250

(86) 2140-0029

(86) 9.9988- 0112

site: idene-pi.org

@idene_nordeste

idene@idene-pi.org

| | | | |
|----|--------------------------------|----------------|--|
| 9 | Jeânley Vieira da Silva | 668.389.083-87 | |
| 10 | Ana Maria Gonçalves de Andrade | 015.386.893-75 | |

DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA:
Municipal Lei Nº 6.126, de 29 de agosto de 2024
Estadual Lei Nº 8519, de 30 de outubro de 2024

Rua Senador Cândido Ferraz, Nº 2151
Bairro: Jôquei- Teresina/PI- CEP: 64.049-250

(86) 2140-0029

(86) 9.9988- 0112

site: idene-pi.org

@idene_nordeste

idene@idene-pi.org